

CONCURSO PÚBLICO

ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS

PROVAS	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 09
MATEMÁTICA	10 a 13
INFORMÁTICA	14 a 17
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE GOIÁS E GOIÂNIA	18 a 20
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	21 a 26
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	27 a 60

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

ATENÇÃO: Transcreva no espaço designado da sua
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras
maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Coração é terra que ninguém vê.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

- 1 Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, solicite ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
- 2 Este caderno contém **60 questões** objetivas. Cada questão apresenta **quatro** alternativas de resposta, das quais apenas **uma** é correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta que julgar correta.
- 3 O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique-o ao aplicador de prova.
- 4 Preencha integralmente um alvéolo por questão, rigorosamente dentro de seus limites e sem rasuras, utilizando caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. Dupla marcação resulta em anulação da questão.
- 5 Esta prova terá a duração de **quatro** horas, incluídos nesse tempo os avisos, a coleta de impressão digital e a transcrição para o cartão-resposta.
- 6 Iniciada a prova, você somente poderá retirar-se do ambiente de realização da prova após decorridas **duas** horas de seu início e mediante autorização do aplicador de prova. Somente será permitido levar o caderno de questões após **três** horas do início das provas, desde que permaneça em sala até esse instante. É vedado sair da sala com quaisquer anotações antes deste horário.
- 7 Os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer no recinto, sendo liberados após a entrega do material utilizado. Os candidatos terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual irão colocar suas respectivas assinaturas.
- 8 Ao terminar sua prova, entregue, obrigatoriamente, o cartão-resposta ao aplicador de prova.

Língua Portuguesa

Leia o Texto 1 para responder às questões de **01 a 07**.

Texto 1

Por que mulheres só hoje conquistam o direito de dirigir na Arábia Saudita?

A partir de hoje, mulheres terão o direito de dirigir na Arábia Saudita, o único país no mundo que ainda possuía esta restrição. Com uma proposta de modernização do país, o rei Salman bin Abdulaziz Al Saud anunciou mudanças significativas no conservador e islâmico reino saudita, entre elas, a instalação do primeiro cinema do país, a permissão para mulheres frequentarem estádios de futebol e, a principal delas, a concessão de licença de direção às sauditas. Apesar da ampla aprovação à medida, o principal questionamento em relação a ela é: afinal, por que a mudança agora?

A Arábia Saudita é um dos países que mais restringem a liberdade feminina – mesmo quando comparado a seus vizinhos do Oriente Médio. Embora não haja no Alcorão um texto que proiba as mulheres de dirigirem, a ausência de citação ao tema é interpretada como um sinal de que aquilo não deve ser permitido. Segundo as leis do país, os direitos das mulheres sauditas são largamente dependentes do consentimento de parentes próximos masculinos. A “segregação de gênero” é aplicada no país segundo a interpretação saudita da Sharia e, como consequência, as mulheres só podem frequentar certos espaços públicos mistos quando acompanhadas por um homem da família – normalmente pai, irmão, marido ou filho. Vestimentas que cubram a maior parte do corpo também são obrigatórias tanto para homens quanto mulheres. Para elas, a vestimenta mais comum em público é a abaya, que deixa à mostra apenas os olhos e as mãos.

Embora o veto que existia até hoje para que mulheres pudessem dirigir não estivesse escrito em qualquer lei do reino, as normas sociais envolvendo as limitações públicas impostas a elas serviam de empecilho para a concessão de carteiras de motoristas a elas. Entre as justificativas mais comuns para a denegação do direito estavam o fato de que dirigir exige que o rosto esteja descoberto, que a mulher acabaria podendo sair mais vezes de casa, que elas poderiam entrar em contato com homens desconhecidos em caso de acidentes de trânsito, além da própria erosão da lógica da segregação de gênero. Mulheres pegadas dirigindo geralmente eram levadas para interrogatório e assinavam um documento se comprometendo a nunca mais dirigir. Porém, em 2011, uma mulher de Jeddah que foi flagrada dirigindo foi condenada a receber dez chibatadas.

Desde os anos 1990, movimentos sociais buscavam o direito de mulheres dirigirem no país. Naquela década, um protesto com mais de 40 mulheres que dirigiram pelas vias públicas de Riad (a capital da Arábia Saudita) terminou com essas mulheres presas e com seus passaportes confiscados, muitas delas também perderam o emprego em decorrência do ato.

Já em 2008, as mulheres realizaram uma petição e entregaram ao rei Abdullah pedindo o direito de conduzirem veículos, sem sucesso. No mesmo ano, no Dia Internacional da Mulher, a ativista pelo direito das mulheres sauditas, Wajeha al-Huwaider, gravou um vídeo dirigindo por uma estrada rural – onde mulheres podem dirigir exclusivamente para fins de subsistência, assim como no deserto – no qual clamava pelo direito universal feminino de condução de veículos em todo o reino. Wajeha juntamente com Manal al-Sharif se tornaram símbolo da causa.

Por diversas vezes esses movimentos ativistas foram suprimidos pelo governo, que ameaçava não só as mulheres que participa-

vam dos protestos, mas todos aqueles que as apoiavam. A mudança era, portanto, inesperada e causou surpresa ao ser anunciada.

A Arábia Saudita possui forte dependência econômica do petróleo. A baixa nos preços do commodity tem obrigado o país a buscar outras formas de sustento. Por conta disso, o príncipe herdeiro, Mohammed bin Salman, apresentou o Saudi Vision 2030, um projeto de modernização do reino que visa obter renda através do entretenimento, do turismo e da inserção internacional – nos moldes da modernização realizada pelos Emirados Árabes Unidos e pelo Qatar nas últimas décadas.

“Nossa nação possui fortes capacidades de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”, diz o texto do projeto. “Nosso país é rico em seus recursos naturais. Não dependemos apenas do petróleo para nossas necessidades energéticas”.

Essa proposta de modernização com objetivo de inserção internacional foi a força motriz que levou à permissão de conduzir para as mulheres do reino árabe, segundo explica a mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Claudia Santos. “O príncipe respalda sua decisão em um aspecto econômico. Ao deixar as mulheres dirigirem ele não menciona os esforços das mulheres que lutaram tantos anos por isso, apesar do movimento na Arábia Saudita ser relativamente antigo. Ele pensa nos ganhos econômicos que isso trará, principalmente com mulheres trabalhando com isso. Além de também ser uma pressão internacional”.

A pressão internacional pela melhora na questão de igualdade de gênero no país teve início nos movimentos de ativistas. O envio de petições ao rei e os protestos com mulheres dirigindo chamou a atenção da comunidade internacional para diversas práticas sauditas que violam as convenções de direitos humanos.

De acordo com a ativista de direitos das mulheres na Arábia Saudita, Hala Al Dosari, tanto a atenção atraída por esses movimentos quanto o projeto de modernização e busca por investimento externo do príncipe contribuíram para a mudança mais emblemática na Arábia Saudita até o momento. A flexibilização dos direitos femininos é uma necessidade se o país realmente quiser se lançar na esfera internacional, segundo Hala.

“O reino quer mostrar que ele é o agente e líder da mudança. Ele não quer que ninguém critique ou desafie seu dever, então ele controla essa mudança”, explica. Hala conta que existe um esforço para tentar silenciar todos aqueles que exigem mudanças na sociedade, incluindo as ativistas, enquanto o governo conduz a modernização. “Há uma mensagem à comunidade saudita de que o ativismo não funciona. Então, a lógica é de que se a mudança tem que acontecer, ela virá apenas do [Governo do] reino”.

Hala enfatiza que apesar do fim da proibição estar ocorrendo, há poucos dias 17 mulheres sauditas foram presas sob a acusação de traição e tentativa de desestabilização do reino. O motivo real: protestos pela igualdade de direitos. Entre as detidas estão manifestantes conhecidas e que participaram dos movimentos de rebeldia ao dirigirem nas ruas da Arábia Saudita.

Ainda que a permissão de condução seja uma grande conquista, a quantidade de proibições sobre as mulheres continua enorme.

Outra grande luta local é pelo fim da obrigação do chamado “guardião”. Segundo a lei, toda mulher necessita de um guardião do sexo masculino que seja um parente próximo e que lhe conceda autorização expressa para praticamente todo ato.

MARINS, Carolina. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/por-que-mulheres-so-hoje-conquistam-direito-de-dirigir-na-arabia-saudita/>>. 2018. Acesso em: 23 jul. 2018.
(Adaptado).

— QUESTÃO 01 —

A origem da proibição para que as mulheres sauditas dirigissem é de natureza

- (A) religiosa.
- (B) cultural.
- (C) jurídica.
- (D) familiar.

— QUESTÃO 02 —

Um fator linguístico auxiliou na implementação da proibição para as mulheres dirigirem. Esse fator diz respeito a uma

- (A) leitura equivocada de um texto religioso que lista os atos inacessíveis às mulheres.
- (B) interpretação ampliada da lei que determina os direitos das mulheres sauditas.
- (C) leitura pressuposta inversa ao ditado brasileiro de que “quem cala consente”.
- (D) interpretação fiel da lei civil saudita que prevê a “segregação de gênero”.

— QUESTÃO 03 —

O trecho “Nossa nação possui fortes capacidades de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”, para agregar mais precisão, informatividade e formalidade ao texto, deve ter a seguinte reescrita:

- (A) “Nossa nação detém forte capacidade de investimento, a qual aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.
- (B) “Nossa nação possui forte capacidade de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.
- (C) “Nossa nação atribui fortes capacidades de investimento, que aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.
- (D) “Nossa nação almeja fortes capacidades de investimento, a qual aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas”.

— QUESTÃO 04 —

Infere-se do texto que a permissão para a mulher saudita dirigir decorreu

- (A) do desejo de luta dos movimentos sociais contra a segregação de gênero.
- (B) da conscientização dos políticos a respeito da igualdade de direitos.
- (C) do papel da mulher na cadeia produtiva da sociedade contemporânea.
- (D) da pressão das instituições internacionais de direitos humanos.

— QUESTÃO 05 —

Para convencer o leitor a respeito do rigor envolvido na proibição de dirigir, a autora usa o argumento

- (A) da voz de autoridade, representado pela menção ao nome do rei.
- (B) do ridículo, configurado na necessidade de guardião para as mulheres.
- (C) da citação, demonstrada pelos trechos do projeto de modernização saudita.
- (D) do extremo, representado pelo relato de punições físicas e sociais.

— QUESTÃO 06 —

A palavra que foge a qualquer regra de formação do plural de “guardião” é:

- (A) concessão.
- (B) cidadão.
- (C) restrição.
- (D) vulcão.

— QUESTÃO 07 —

A frase interrogativa no título e no primeiro parágrafo tem função

- (A) retórica, pois representa o espanto da autora com a inusitada decisão do governo saudita.
- (B) de transferir para o leitor a responsabilidade de inferir o motivo da permissão para dirigir concedida às mulheres sauditas.
- (C) enfática, pois é usada para chamar a atenção do leitor para o assunto tratado no texto.
- (D) de contribuir para o desenvolvimento do tema, organizado de modo a explicar os motivos da permissão para dirigir.

Releia o texto 1 e leia o texto 2 para responder às questões **08 e 09**.

Texto 2



Disponível em: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2011/06/29/cinco-mulheres-sao-presas-por-dirigir-na-arabia-saudita/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

— Rascunho —————

— QUESTÃO 08 —————

A fotografia data de 2011 e nela uma mulher saudita ultrapassa o regime então vigente e dirige um carro. Para isso, ela

- (A) baseia-se em estereótipos visuais relativos à identidade do homem árabe.
- (B) faz um protesto humorístico, acrescentando um bigode à sua vestimenta tradicional.
- (C) recorre a autorizações extraordinárias relativas às questões de trabalho e sobrevivência.
- (D) comporta-se como uma ativista disposta a lutar pelo seu direito de ir e vir.

— QUESTÃO 09 —————

Quanto ao processo que levou à liberação do seu direito de dirigir, a atitude da mulher saudita da fotografia revela

- (A) o completo controle do regime oficial sobre a vontade feminina.
- (B) o apoio dos homens sauditas à igualdade de direitos.
- (C) a erosão gradativa da lógica da segregação de gênero.
- (D) a falta de ressonância das vozes ativistas na luta pelos direitos humanos.

Matemática**— QUESTÃO 10 —**

Segundo dados do IBGE, apresentados em uma reportagem [Disponível em: *Correio Brasiliense*, 15. Jul. 2018, p. 18], a estimativa para a produção da safra nacional de 2018 é de um volume de 227,9 milhões de toneladas, com estimativa de utilização de 61,2 milhões de hectares. Entre as leguminosas e oleaginosas, o arroz e o milho, juntos, somam 92,8% da produção e ocupam 87% da área a ser colhida.

De acordo com essas informações, a produtividade média, em toneladas por hectare, que o arroz e o milho terão, juntos, na safra de 2018, será de:

(A) $\frac{2^2 \times 43 \times 53}{3^2 \times 5 \times 17}$

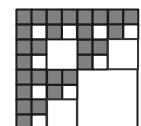
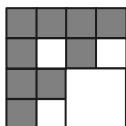
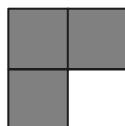
(B) $\frac{2^2 \times 43 \times 53}{3^3 \times 5 \times 17}$

(C) $\frac{2^3 \times 43 \times 53}{3^2 \times 5^2 \times 17}$

(D) $\frac{2^2 \times 43 \times 53}{3^3 \times 5^2 \times 17}$

— QUESTÃO 11 —

Analise a sequência de figuras, cujos elementos iniciais são descritos a seguir.



Considerando essa sequência, o número de quadrados hachurados, que se encontram em cada etapa dessa sequência, forma uma progressão

- (A) geométrica de razão 9.
- (B) aritmética de razão 3.
- (C) aritmética de razão 9.
- (D) geométrica de razão 3.

— QUESTÃO 12 —

Três amigos, João, César e Antônio, criaram uma empresa de prestação de serviços logo após se formarem na faculdade. Para fundar a empresa, João entrou com um capital de R\$ 15.000,00, César com R\$ 21.000,00 e Antônio com R\$ 24.00,00. Alguns anos depois, a empresa fundada por eles tinha um valor de mercado de R\$ 500.000,00, e Antônio decidiu vender a sua parte para os outros dois amigos, por um valor proporcional ao valor que foi investido na época da fundação da empresa. João e César decidiram que dividiriam entre si o valor a ser pago a Antônio, de modo que ambos passassem a ter 50% do capital da empresa.

Desta forma, o valor que João pagaria para Antônio seria de:

(A) R\$ 125.000,00

(B) R\$ 150.000,00

(C) R\$ 175.000,00

(D) R\$ 200.000,00

— QUESTÃO 13 —

Um comerciante possui uma pequena empresa que trabalha com a fabricação e venda de tortas, salgados e doces. O preço de um salgado e um doce corresponde ao preço de uma torta mais R\$ 20,00. Em determinado mês, ele produziu 50 tortas, 90 salgados e 40 doces, obtendo um faturamento de R\$ 7.950,00. Devido à crise financeira, o comerciante passou a vender a torta e o doce com 20% de desconto e o salgado com 30% de desconto, tendo vendido em um mês 60 tortas, 100 salgados e 150 doces, com um faturamento de R\$ 10.730,00.

Nessas condições, o preço da torta, sem o desconto de 20%, era:

(A) R\$ 35,00

(B) R\$ 45,00

(C) R\$ 60,00

(D) R\$ 80,00

Informática**— QUESTÃO 14 —**

Seja o aplicativo para planilha eletrônica Microsoft Excel, que foi instalado em Português, em que a vírgula é o caractere decimal. Considere que a célula B1 possui a expressão

$$=SE(A1<1000;A1*1,1;A1*1,2)$$

Se a célula A1 possuir o valor 1100, então a célula B1 terá o valor

- (A) 880
- (B) 990
- (C) 1210
- (D) 1320

— QUESTÃO 15 —

A criptografia é um mecanismo que busca garantir a segurança da informação. A criptografia de chave pública utiliza criptografia

- (A) simétrica de chave única, que serve para criptografar e para descriptografar a mensagem.
- (B) simétrica de duas chaves, e ambas servem para criptografar e para descriptografar a mensagem.
- (C) assimétrica de duas chaves, em que uma chave é pública e a outra chave é privada.
- (D) assimétrica de duas chaves, em que ambas são chaves públicas.

— QUESTÃO 16 —

Os dispositivos de comunicação de dados referem-se a equipamentos para o uso e controle de uma rede de computadores, visando promover a comunicação entre os componentes participantes da rede. Dois dispositivos físicos de comunicação são:

- (A) roteador e switch.
- (B) protocolo e roteador.
- (C) switch e TCP/IP.
- (D) TCP/IP e Internet.

— QUESTÃO 17 —

No sistema Windows, a nomeação de arquivos e pastas obedece a algumas regras para tornar um nome válido. Nesse sentido, os nomes de

- (A) arquivos limitam extensões de até dois caracteres.
- (B) pastas podem conter letras minúsculas e números.
- (C) pastas podem ter extensões, mas seu tamanho é limitado em dois caracteres.
- (D) arquivos podem conter qualquer caractere especial disponível a partir do teclado.

— RASCUNHO —

História e Geografia de Goiás e Goiânia**— QUESTÃO 18 —**

Na história brasileira, o período de 1964 a 1985 caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime imposto. Em Goiás, vários segmentos da sociedade, como sindicatos, universidades, movimentos estudantis, organizações sociais e outros, sofreram repressão e tiveram direitos suspensos. Este período da história ficou conhecido como:

- (A) República Oligárquica.
- (B) Marcha para o Oeste.
- (C) Estado Novo.
- (D) Ditadura Militar.

— QUESTÃO 19 —

Independente de onde está localizado, constitui-se patrimônio histórico e cultural um local considerado valioso para a humanidade. Entre os mais de seiscentos lugares eleitos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, atualmente, o Brasil possui quatorze espaços históricos creditados pela Unesco. No ano de 2001, que centro histórico de Goiás recebeu este título?

- (A) Pirenópolis.
- (B) Cidade de Goiás.
- (C) Santa Cruz de Goiás.
- (D) Corumbá de Goiás.

— QUESTÃO 20 —

No ano de 2017, o livro *Tropas e Boiadas* completou cem anos de sua primeira edição em 1917. Trata-se de um livro de contos regionalista que apresenta a linguagem dos tropeiros e vaqueiros dos sertões de Goiás e do Brasil. É também, de alguma forma, um pouco da vida intensa e melancólica de seu autor. Trata-se de:

- (A) Bernardo Élis.
- (B) José J. Veiga.
- (C) Hugo de Carvalho Ramos.
- (D) Carmo Bernardes.

— RASCUNHO —

Legislação Específica**— QUESTÃO 21 —**

A Câmara Municipal exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município de Goiânia e das entidades da administração direta, indireta e fundacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação dos recursos e das subvenções e à renúncia de receitas. Sobre esta competência, a Lei Orgânica do Município de Goiânia dispõe que:

- (A) o parecer prévio do Tribunal de Contas dos Municípios, relativo às contas do Prefeito, vincula-se às decisões da Câmara Municipal.
- (B) as contas anuais do Prefeito deverão ficar no recinto da Câmara Municipal durante sessenta dias à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação.
- (C) a comunicação ao Tribunal de Contas dos Municípios de qualquer irregularidade será feita após a sua imediata constatação.
- (D) as contas do Município são desvinculadas das contas da Câmara Municipal.

— QUESTÃO 22 —

De acordo com as proposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia,

- (A) a iniciativa das leis complementares é restrita ao vereador, à Mesa, às Comissões da Câmara e ao Prefeito.
- (B) a iniciativa dos projetos de lei é de competência privativa do vereador, da Mesa, das Comissões da Câmara e do Prefeito.
- (C) a Resolução regula matéria que excede os limites da economia interna da Câmara, de sua competência privativa, não sujeita à sanção do Prefeito.
- (D) a Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta de 5% do eleitorado de Goiânia.

— QUESTÃO 23 —

Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia,

- (A) o requerente, por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado, poderá apresentar recurso do indeferimento do pedido de reconsideração.
- (B) a jornada normal de trabalho do servidor público municipal, exceto os casos previstos em lei, será de quarenta horas semanais.
- (C) o servidor nomeado em virtude de concurso público é estável, após três anos de efetivo exercício.
- (D) o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito ao estágio probatório por um período de dois anos.

— QUESTÃO 24 —

Segundo a Lei Orgânica do Município de Goiânia, é de competência do Município:

- (A) legislar sobre normas processuais civis ou penais.
- (B) legislar sobre zoneamento urbano.
- (C) revisar o Plano Diretor do Município de Goiânia.
- (D) gerenciar o transporte coletivo urbano.

— QUESTÃO 25 —

Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Goiânia,

- (A) a composição da Mesa da Câmara Municipal limita-se ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Primeiro, ao Segundo e ao Terceiro Secretários.
- (B) a eleição de renovação da mesa ocorre em sessão ordinária no primeiro dia da legislatura anual.
- (C) a recondução de membro da Mesa da Câmara Municipal para o mesmo cargo na eleição subsequente, na mesma legislatura, é proibida.
- (D) a convocação das sessões extraordinárias é de competência da Mesa da Câmara Municipal.

— QUESTÃO 26 —

Do ponto de vista das Comissões que compõem a Câmara Municipal de Goiânia,

- (A) a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia emite pareceres nos processos de julgamento das contas do Prefeito e manifesta-se sobre as matérias quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.
- (B) a Comissão de Constituição, Justiça e Redação restringe-se a manifestar-se sobre projetos de leis que tratem de temas atinentes à organização da Administração Municipal.
- (C) as comissões temporárias manifestam-se sobre temas de duração exígua, haja vista a ausência de atribuições específicas destinadas a elas.
- (D) a Comissão de Obras e Patrimônio está limitada à fiscalização do andamento de obras públicas da Prefeitura de Goiânia.

Conhecimentos Específicos**— QUESTÃO 27 —**

A autora e pesquisadora Ana Regina Campello (2014) discute a tradução e interpretação dos intérpretes surdos como uma nova modalidade de atuação profissional nessa área. A identidade profissional dos intérpretes surdos se constitui

- (A) nas experiências de atuação dos intérpretes ouvintes por terem iniciado as atividades de tradução e interpretação em Libras.
- (B) nos aspectos linguístico, cultural e social a partir de suas experiências de mundo como sujeitos surdos.
- (C) na forma híbrida na imersão tanto na cultura surda quanto na ouvinte, o que permite conhecer a organização dos dois universos.
- (D) nas narrativas ouvintes que representam a construção social da identidade da comunidade surda brasileira.

— QUESTÃO 28 —

Marques e Oliveira (2008) argumentam, à luz dos estudos fenomenológicos, que a constituição do *ser intérprete* na relação com a comunidade surda envolve mais do que a aquisição da língua de sinais e o domínio da ação de interpretar. A constituição do *ser intérprete* precisa considerar a experiência de

- (A) conflitar sua subjetividade de não surdo e surdo, moldar seu corpo a partir da sua intencionalidade e reaprender o universo do sentir e do perceber em busca da descrição de sua visibilidade profissional.
- (B) obter domínio da língua por meio do contato com a comunidade surda, contato esse dedicado exclusivamente às escolhas lexicais adequadas aos momentos interpretativos em que a mediação cultural se faz presente durante a carreira profissional.
- (C) apreender as características linguísticas dos grupos aos quais media, a saber, surdos e não surdos, que carregam formas de comunicação distintas e que exigem familiaridade do intérprete para que a mediação seja realizada de modo profissional.
- (D) resgatar a identidade abalada com base nas novas experiências de contato enquanto estabelece os limites de interferência subjetiva sobre o ato interpretativo com o objetivo de manter as características de um trabalho profissional.

— QUESTÃO 29 —

Conforme afirma José Carlos F. Souza (2014), o intérprete ouvinte filho de pais surdos – o intérprete Coda – tem uma lógica diferente em relação ao intérprete ouvinte filho de pais ouvintes no que se refere ao trânsito entre os dois mundos. No primeiro caso, a identidade desse sujeito é constituída por uma visão de dentro para fora sobre a cultura surda. Os intérpretes codas

- (A) são naturalmente profissionais intérpretes por excelência.
- (B) desenvolvem habilidades profissionais de interpretação devido ao contato com a comunidade surda.
- (C) apresentam predisposição genética para desenvolver a Libras, bem como habilidades tradutórias para o par linguístico Libras/Português.
- (D) necessitam, como os demais, de formação profissional para atuar como intérprete.

— QUESTÃO 30 —

Ao discutirem a dimensão sociocultural da atuação do tradutor intérprete de língua de sinais (TILS), os autores Renato Messias F. Calixto, Regiane Lucas de O. Garcês e Sônia Marta Oliveira (2012) afirmam que traduzir e/ou interpretar é criar um novo lugar, que surge da tensão entre a cultura surda e a ouvinte. Segundo esses autores, para assumir esse novo lugar como espaço singular de tradução e interpretação, é necessário que o TILS

- (A) seja amigo e esteja disponível sempre que precisar dele, pois quanto mais generoso melhor se torna.
- (B) transite no espaço dos seus interlocutores por meio da imersão cultural.
- (C) tenha conhecimento sobre ambas as culturas e a habilidade linguística para se sobrepor à cultura de quem fala.
- (D) reconheça a intraduzibilidade da lógica do mundo dos seus interlocutores.

— QUESTÃO 31 —

A interação linguístico-social entre o surdo-cego e as demais pessoas nos diferentes contextos é possibilitada, conforme afirma Wolney Gomes Almeida (2015), pelos profissionais guia-intérprete e instrutor mediador. Segundo o autor, o que diferencia as duas funções é o fato de

- (A) o instrutor mediador ser um profissional escolhido entre os membros da família, uma vez que o vínculo familiar afetivo possibilita a interação do surdo-cego com outras pessoas com mais segurança.
- (B) o guia-intérprete ser o profissional que atua no contexto educacional.
- (C) o instrutor mediador ser o profissional que atua fora do contexto educacional.
- (D) o guia-intérprete ser um profissional que tem competências tradutórias necessárias às demandas de situações comunicacionais entre as línguas utilizadas nos diversos contextos de interação verbal.

— QUESTÃO 32 —

Conforme afirma Sofia Oliveira P. Coimbra-Anjos (2018), a incorporação, pelo narrador, de referentes animados, não humanos e inanimados caracteriza um recurso linguístico comumente utilizado nas narrativas em línguas de sinais e consiste em expressar aparências, sentimentos e comportamentos dos referentes envolvidos na história, atribuindo-lhes traços humanos. Esse fenômeno é denominado

- (A) descrição imagética.
- (B) antropomorfismo.
- (C) classificador.
- (D) cenanização.

— QUESTÃO 33 —

A fidelidade é um dos fundamentos que todo tradutor e intérprete de línguas deve discutir e entender. De acordo com Arrojo (1986) e Ronái (1987), a prática da fidelidade entre o texto de partida e o texto de chegada é impossível e irreal, pois

- (A) as línguas não são isomórficas e a interferência do tradutor é inevitável como consequência de seu contexto histórico e social.
- (B) a linguagem é capaz de neutralizar as ambiguidades, as variações, as mudanças decorrentes do tempo e o contexto.
- (C) a transferência total de significados de um texto para outro é possível, e o original pode ser totalmente recuperado.
- (D) os idiomas são um instrumento de transporte de sentidos, e o tradutor não consegue evitar os impactos históricos e sociais em suas traduções.

— QUESTÃO 34 —

São sugeridas por Roman Jakobson (2007) três categorias de tradução: a intralingual ou *reformulação (rewor-ding)*, a interlingual ou *tradução propriamente dita* e a inter-semiótica ou *transmutação*. Para esse autor, a tradução interlingual consiste na interpretação dos signos verbais por meio de

- (A) sistemas de signos não verbais.
- (B) alguma outra língua.
- (C) sistemas de signos verbais não manuais da mesma língua.
- (D) outros signos da mesma língua.

— QUESTÃO 35 —

O código de conduta e ética (CCE) da FEBRAPILS, aprovado em reunião ordinária no dia 13 de abril de 2014, está dividido em quatro capítulos que orientam a conduta profissional e ética da categoria, dos quais fazem parte: Tradutores e Intérpretes (TILS) e Guias-Intérpretes (GI) de Línguas de Sinais. No capítulo III - Da responsabilidade profissional, TILS e GI são

- (A) vetados a dar conselhos ou opiniões pessoais, exceto quando requerido e com anuênciia do solicitante ou beneficiário.
- (B) orientados a seguir os princípios de confiabilidade, de competência tradutória, do respeito aos envolvidos na profissão e do compromisso pelo desenvolvimento profissional.
- (C) aconselhados a buscar equivalência de sentido no ato de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.
- (D) obrigados a prover serviços sem distinção de raça, cor, etnia, religião, idade, deficiência, orientação sexual ou de qualquer outra condição.

— QUESTÃO 36 —

O código de conduta e ética da FEBRAPILS estabelece como princípio definidor para a conduta profissional do tradutor e intérprete de língua de sinais (TILS) e do guia-intérprete (GI) a

- (A) civilidade.
- (B) ininteligibilidade.
- (C) confidencialidade.
- (D) amovibilidade.

— QUESTÃO 37 —

Em um determinado contexto de interpretação, o palestrante se vira para o intérprete e diz: “Por favor não interprete isto...” (MEC, 2004). Considerando o código de conduta e ética e a legislação pertinente ao exercício da profissão, recomenda-se a esse profissional

- (A) repassar ao interlocutor as informações, sejam elas quais forem.
- (B) incentivar o interlocutor a exigir que o palestrante seja transparente, sem omitir informação de qualquer natureza.
- (C) omitir as informações ao interlocutor, respeitando o desejo do palestrante.
- (D) reorientar a atenção do interlocutor para algum ponto específico da palestra como forma de dispersão.

— QUESTÃO 38 —

Para Marília do Socorro Oliveira Araújo e Márcia Monteiro Carvalho (2017), os intérpretes de línguas de sinais (ILS) se diferenciam por atuarem em diferentes espaços. São denominados intérprete educacionais (IE) aqueles que atuam em salas de aulas. Com base nas autoras, essa categoria se diferencia das demais em decorrência

- (A) do processo de formação prática desses profissionais ao iniciar a atuação com crianças de diferentes faixas etárias em contextos religiosos.
- (B) da tradução e da interpretação no contexto educacional por exigir vocabulário de sinais comumente utilizado no dia a dia.
- (C) do envolvimento no processo de tradução de tarefas educativas que os leva a desenvolver práticas diferenciadas que contribuem para a aprendizagem do aluno surdo.
- (D) da formação técnica desse profissional, possibilitando uma atuação que compreenda os processos de ensino e de aprendizagem.

— QUESTÃO 39 —

Rogério da Silva Marques (2018), ao discutir a política de formação do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais educacional (TILSE), afirma que a inserção de profissionais nessa função, sem formação técnica, teórica e metodológica sólida, na área de tradução e interpretação,

- (A) invalida a atuação responsável dos docentes que têm alunos surdos em suas salas de aula.
- (B) inviabiliza criar o cargo de tradutor e intérprete educacional de Libras/Português pelo Ministério do Planejamento.
- (C) configura ilegalidade perante a legislação referente à formação do tradutor e intérprete de línguas de sinais.
- (D) torna precária a possibilidade de acesso à informação e ao conhecimento pelo aluno surdo.

— QUESTÃO 40 —

Conforme assegura Teresa Dias Carneiro (2017), muitos intérpretes de libras no Brasil, que estão em exercício profissional atualmente, surgiram no seio da família, nas igrejas – principalmente evangélicas – e em cursos livres organizados pelas associações de surdos e/ou pela Feneis. Por conta disso, a atividade de interpretação em línguas de sinais se consolidou como prática profissional em

- (A) contextos de refugiados.
- (B) ambientes comunitários.
- (C) contextos universitários.
- (D) ambientes de conferências.

— QUESTÃO 41 —

As demandas de atuação dos intérpretes de língua de sinais (ILS) se concentram em dois grandes âmbitos: na interpretação comunitária e na interpretação de conferência. Segundo Rodrigues (2012), configura-se interpretação comunitária aquela que se dá na esfera pública, com o intuito de facilitar a comunicação dos não falantes da língua oficial do país, e seu consequente acesso aos provedores de serviços. O intérprete comunitário atua em

- (A) sala de aula, consulta médica e audiência jurídica.
- (B) congressos, plenárias e casamentos.
- (C) eventos, reuniões e convenções.
- (D) encontros, turismo e teatro.

— RASCUNHO —

— QUESTÃO 42 —

Harrison e Nascimento (2013) apresentam composições verbo-visuais necessárias ao tratar do trabalho enunciativo-discursivo desenvolvido pelos ILS ao atuarem na esfera jornalística. Os intérpretes que atuam na esfera política se deparam com a esfera midiática em que a interpretação para a Libras é veiculada pela televisão em canais abertos. Os ILS na esfera política precisam

- (A) buscar formação específica na área política antes do início dos trabalhos, pois é necessária a desenvoltura política e o conhecimento das negociações para exercer seu papel de tradutor e intérprete.
- (B) ser atores diante das câmeras e realizar a interpretação interlingual da forma mais literal possível, uma vez que esse contexto se restringe a debates verbais e conflito de interesses em face dos quais os intérpretes devem ser neutros.
- (C) aplicar a competência referencial dada a familiarização com as pautas e com os documentos que serão apresentados e debatidos com o objetivo de prever as escolhas linguísticas e discursivas adequadas ao contexto interpretativo.
- (D) organizar o fluxo de atividades priorizando a atuação diante das câmeras, pois esta promove a difusão da Libras enquanto a imagem do tradutor intérprete será veiculada como agente de acessibilidade.

— QUESTÃO 43 —

A Lei n. 10.098, de 19/12/2000, estabelece, no capítulo VII, que o poder público deve promover a eliminação de barreiras na comunicação e na sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (Art. 17). De acordo com a referida lei, tradutor e intérprete de Libras (TILS) que atua na esfera política tem como função:

- (A) estabelecer normas e condutas para o acesso e ingresso da comunidade surda nas discussões políticas.
- (B) realizar palestras e cursos para promover a formação e o engajamento da comunidade surda na esfera política.
- (C) promover eventos e debates para garantir aos seus interlocutores o direito de acesso ao trabalho e à educação.
- (D) mediar discursos e contextos a fim de garantir aos seus interlocutores o direito de acesso à informação e à comunicação.

— QUESTÃO 44 —

O Decreto n. 5.626, de 22/12/2005, que regulamenta a Lei de Libras n. 10.436, de 24/04/2002, dá providências quanto ao apoio do poder público à Língua Brasileira de Sinais – Libras. Em se tratando da esfera política de uma câmara municipal, o poder público deve

- (A) garantir às pessoas surdas tratamento diferenciado, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e interpretação de Libras – Língua Portuguesa realizado por servidores capacitados para a função.
- (B) garantir às pessoas surdas tratamento especial, por meio do ensino e da difusão da Libras e do acesso aos locais públicos por meio do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa capacitado para a função.
- (C) garantir às pessoas surdas tratamento humanizado, por meio do uso e ensino da língua portuguesa escrita e dos serviços de tradução e interpretação de Libras – Língua Portuguesa realizados por servidores capacitados para a função.
- (D) garantir às pessoas surdas tratamento básico, por meio do uso e da defesa da Libras e da presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa capacitados para a função.

— QUESTÃO 45 —

A Lei n. 12.319, de 01/09/2010, que regulamenta o exercício da profissão de tradutor e intérprete da Libras, estabelece que esse profissional deverá

- (A) ensinar Libras para os alunos surdos que ingressam nas escolas sem conhecer essa língua.
- (B) atuar em dupla como forma de garantir a saúde física e mental.
- (C) prestar serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.
- (D) possibilitar comunicação entre ouvintes por meio da Libras para a língua oral e vice-versa.

— QUESTÃO 46 —

Ao incumbir o tradutor e intérprete de Libras, por meio da Lei n. 12.319/2010, uma atuação profissional que zele “pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem”, o Estado preza para que a pessoa surda

- (A) se comunique na língua de maior prestígio político como forma de garantir notoriedade social.
- (B) seja respeitada na sua diversidade linguístico-social.
- (C) seja poupada das discriminações sociais em decorrência da sua deficiência e limitação linguística.
- (D) se reconheça linguístico e socialmente alijada.

— QUESTÃO 47 —

O Modelo dos Esforços, proposto por Gile (1995), descreve o processamento cognitivo exigido durante a interpretação simultânea (IS). Nesse modelo, afirma-se a existência de três esforços principais: Recepção, Produção e Memória de Curto Prazo. Em 2015, o autor acrescenta mais dois esforços por considerar a IS entre uma língua falada e uma língua de sinais, que são:

- (A) Esforço de autogestão no espaço e Esforço de interação com receptores.
- (B) Esforço de concentração e Esforço de cernerização.
- (C) Esforço de audição e Esforço de transmissão.
- (D) Esforço de imaginação e Esforço de materialização do espaço.

— QUESTÃO 48 —

As pesquisadoras Flávia Medeiros A. Machado e Heloísa Pedroso de M. Feltes (2015) afirmam ser um equívoco pensar que a substituição das palavras da língua portuguesa por sinais manuais em Libras é o suficiente para o desempenho do tradutor e intérprete de línguas de sinais e português (TILSP). Isso se deve ao fato de que os atos de traduzir e interpretar

- (A) requerem habilidades linguísticas que possibilitem a criação de novos sinais no momento da atuação profissional.
- (B) exigem primordialmente o domínio do funcionamento gramatical das línguas envolvidas.
- (C) demandam o bom funcionamento dos órgãos do sentido, como visão e audição.
- (D) tratam de um processo de negociação entre as línguas de uso e a cultura da comunidade linguística.

— QUESTÃO 49 —

Na atuação tradutória e interpretativa entre uma língua oral e outra de sinais, Carlos Henrique Rodrigues (2013) menciona, com base nos estudos de Isham (1994), que os intérpretes de línguas de sinais (ILS) tendem a cometer menos erros de compreensão e de tradução do que os intérpretes de línguas orais. Isso se deve à

- (A) distinção entre os espaços de atuação desses profissionais, que determinam o nível de exigência do público-alvo.
- (B) diferença de modalidade linguística que possibilita a operação, sem interferências, da memória auditiva do ILS.
- (C) organização estrutural das línguas orais, consideradas complexas em relação às línguas de sinais.
- (D) disposição sintática das línguas de sinais, consideradas simples em relação às línguas orais.

— QUESTÃO 50 —

Apesar da distinção, segundo Roberts (1987), de que intérpretes de línguas faladas têm trabalhado em situações de conferência e contextos de alto nível, enquanto os intérpretes de línguas sinalizadas têm trabalhado predominantemente em contextos comunitários e dialógicos, há atividades comuns que ambos realizam e que são de natureza linguística,

- (A) emocional, esportiva, técnica.
- (B) mental, política, étnica.
- (C) cognitiva, social, cultural.
- (D) subjetiva, educacional, prática.

— QUESTÃO 51 —

A escrita de sinais propõe um sistema que torna viável a representação escrita de uma língua de matriz visual e modalidade espacial, conforme Souza et al. (2018). No Brasil, além do sistema SignWriting (SW), existem outras propostas de sistemas de escrita para a Libras, a saber:

- (A) Escrita de Línguas de Sinais (ELiS); Escrita da Libras (SEL) e Escrita Visogramada das Línguas de Sinais (VisoGrafia).
- (B) Notação de François Neve (NFN); Escrita da Libras (SEL) e Hamburg Sign Language Notation System – HamNoSys.
- (C) Escrita de Línguas de Sinais (ELiS); Mimographie de Bébian (MB) e Escrita Visogramada das Línguas de Sinais (VisoGrafia).
- (D) Notação de François Neve (NFN); Hamburg Sign Language Notation System – HamNoSys e Escrita Visogramada das Línguas de Sinais (VisoGrafia).

— QUESTÃO 52 —

Conforme afirma Vilma Rodrigues Cardoso (2018), o neologismo é um fenômeno linguístico comum no contexto das línguas de sinais. Para a autora, há diferenças entre os processos de aprendizagem de sinais de áreas de conhecimentos, de linguagens específicas e de sinais comuns. A categoria “sinais comuns” é apreendida de forma

- (A) sistemática, e as demandas surgem em contextos de aprendizagem específicos.
- (B) espontânea e limitada a contextos domésticos, sem alcance e difusão social.
- (C) natural por fazer parte da vida diária das pessoas surdas.
- (D) combinada entre intérpretes e alunos surdos para evitar a datilologia.

— QUESTÃO 53 —

Os autores José Ishac Brandão El Khouri, Bruno Gonçalves Carneiro e Aline da Cruz (2017) reconhecem a existência de mecanismos linguísticos para diferenciar as categorias dêiticas “próximo” e “distante” expressas pelos verbos indicadores na Libras. Para os pesquisadores, as noções de proximidade e de distanciamento dos referentes envolvidos no evento são manifestas

- (A) pelo direcionamento do olhar e pela disposição da mão.
- (B) pelos movimentos direcionais do corpo do sinalizante e pela trajetória de movimento.
- (C) pela expressão facial e pela repetição do sinal.
- (D) pela distância da trajetória de movimento e pela altura da mão.

— QUESTÃO 54 —

Conforme afirma Carlos Henrique Rodrigues (2013), aos intérpretes de línguas de sinais é possível o emprego de elementos das duas línguas, a de sinal e a oral, simultaneamente (*code-blend*). Isso é possível porque os intérpretes intermodais

- (A) processam as informações linguísticas de forma mais rápida, uma habilidade adquirida pela experiência de trânsito entre línguas de diferentes modalidades.
- (B) lidam ao mesmo tempo com línguas processadas por diferentes articuladores, um interno (oral) e outro externo (manual e não manual).
- (C) desenvolvem competências tradutorias para processar diferentes línguas simultaneamente, respeitando as regras de funcionamento de cada uma.
- (D) contam com os braços como articuladores distintos, os quais permitem processar duas línguas de sinais concomitantemente.

— QUESTÃO 55 —

De acordo com Rodrigues (2014), o tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa (TISLP) é um profissional que atua entre duas modalidades distintas de línguas. Hipoteticamente, a TV Câmara transmitirá, com janela para Libras, a sessão “novas candidaturas”. Essa atividade de atuação do intérprete de Libras pode ser descrita como uma atividade do tipo:

- (A) interpretação intermodal simultânea.
- (B) tradução interlingual consecutiva.
- (C) interpretação intralingual simultânea.
- (D) tradução intersemiótica consecutiva.

— QUESTÃO 56 —

Um intérprete surdo, ao interpretar uma língua de sinais para outra, sem a interferência da língua oral, trabalha de forma

- (A) bimodal.
- (B) intermodal.
- (C) unimodal.
- (D) trimodal.

— QUESTÃO 57 —

O Registry of Interpreters for the Deaf (RID), órgão que regulamenta o trabalho profissional dos intérpretes nos Estados Unidos, define como equipe de interpretação “a utilização de dois ou mais intérpretes atuando como membros iguais de uma equipe, alternando responsabilidades em intervalos predefinidos, e fornecendo apoio e *feedback* um para o outro”. Assim, os ILS devem trabalhar em dupla uma vez que

- (A) a duração e complexidade da atuação, a dinâmica (física e emocional) do ambiente interpretado e a prevenção de lesão por esforço repetitivo (LER) são fatores determinantes para que o apoio e o *feedback* aconteçam.
- (B) cada intérprete tem autonomia para realizar sua interpretação, o tempo de cada atividade é curto e o contexto comunicativo é monológico, assim o tempo de revezamento é o fator determinante na atuação.
- (C) essa configuração favorece a categoria dos profissionais intérpretes como forma de estabelecer políticas de contratação em dupla, criando mais postos de trabalho em instituições públicas, como a câmara de vereadores.
- (D) fatores como confiança, segurança e parceria são fortalecidas entre os servidores que compartilham de um espaço de atuação em comum e que precisam trabalhar de forma unida.

— QUESTÃO 58 —

A modalidade das línguas tem implicações no fazer tradutorio. A denominação que melhor define a modalidade das línguas de trabalho do tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa (TILSP) é

- (A) gesto-manais e oral-escrita.
- (B) gesto-visual-espacial e oral-auditiva.
- (C) gesto-faciais e auditiva-escrita.
- (D) gesto-corporais e escrita-oral.

— QUESTÃO 59 —

Sob a perspectiva da análise da conversação, bóias de listagem foram identificadas por Tarcísio A. Leite (2008) em diálogos entre surdos. Na tradução e na interpretação para Libras, os ILS utilizam esse recurso ao construir seu discurso em Libras. Esse recurso linguístico é bastante produtivo para duas funcionalidades na interação, ou seja, para estabelecer

- (A) sequência lógica progressiva ou detalhar cada argumento do diálogo.
- (B) sequência de números ou realizar pausas prosódicas no diálogo.
- (C) argumentos de forma hierárquica ou facilitar a retomada do discurso de um argumento anterior.
- (D) base de conhecimento comum ou trazer suporte para um dado argumento.

— QUESTÃO 60 —

Na interpretação de direção Libras-Português, conhecida como interpretação “de voz”, é importante diferenciar sinais nominais e sinais verbais. Segundo Hildomar J. Lima (2017), a categoria lexical “nomes” na Libras apresenta uma relevante característica semântica na constituição dos sinais-nomes, que é a

- (A) semiotização.
- (B) conexão.
- (C) dimensão.
- (D) concretização.

— RASCUNHO —
